**ELEMENTOS HISTÓRICOS DE IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO BÁSICO NO AMAPÁ:** **PERÍODO “JANARISTA” DE 1943 A 1956.**

**RESUMO**

Este artigo apresenta elementos históricos associados ao surgimento e implantação das políticas públicas de saneamento básico no Território Federal do Amapá (TFA) (1943-1988). Partindo do período de constituição do TFA (1943) e de implantação das políticas brasileiras sob efeitos da II Guerra Mundial, questiona-se: ao longo do governo Janarista (1943-1956), como se desenvolveu a infraestrutura sanitária e quais foram as práticas políticas de gestão do setor e uso dos serviços públicos no TFA? Utilizou-se referências bibliográficas, matérias jornalísticas da época e informações disponibilizadas por historiadores e sanitaristas locais. Identifica-se que, apesar das políticas públicas específicas para o setor, a infraestrutura construída foi insuficiente para atender à crescente demanda da região e sua gestão foi marcada por práticas políticas e sociais clientelistas que persistiram e orientaram as decisões governamentais.

Palavras-chave: políticas públicas; infraestrutura; saneamento básico; Amapá; Janarismo.

**HISTORICAL ELEMENTS OF IMPLEMENTATION OF PUBLIC POLICIES OF BASIC SANITATION IN AMAPÁ: “JANARISTA” PERIOD FROM 1943 TO 1956.**

This article presents historical elements associated with the emergence and implementation of public policies of basic sanitation in the Federal Territory of Amapá (TFA) (1943-1985). Starting in the period when the TFA was constituted (1943) and the implementation of brazilian policies under the effects of World War II, the question is: during the “Janarista” government (1943-1956), how was the sanitation infrastructure developed and what were the political practices of management and use of public services in the TFA? We used bibliographical references, primary sources from the government of Amapá, newspaper articles from the period and information provided by local historians and local sanitarians. Despite specific public policies for the sector, the infrastructure built was insufficient to attend the growing demand and its management was marked by political and social practices that persist and orient government decisions.

Keywords: public policies; infrastructure; basic sanitation; Amapá; Janarismo.

# 1. Introdução

Esse artigo parte do princípio teórico de que, na construção e análise de políticas públicas, a compreensão do contexto dos problemas coletivos, identificando importantes fatos históricos, deve ser parte do processo de busca de soluções para os problemas da sociedade (Dye, 1975; Easton, 1957; Sabatier, 1991). Sendo setor de saneamento básico um dos problemas públicos mais graves enfrentados pela população brasileira, em especial da população amazônica e amapaense (Silva et al, 2022; Valle et al, 2016), propomo-nos a discutir o desenvolvimento do setor a partir da seguinte questão norteadora: ao longo do governo Janarista (1943-1956), como se desenvolveu a infraestrutura sanitária e quais as práticas políticas de gestão e uso dos serviços públicos de saneamento básico no Território Federal do Amapá (TFA)?

São identificados elementos que representam fatos associados à inclusão de tecnologias de saneamento e decisões governamentais, ocorridas ao longo do processo histórico de desenvolvimento do setor, considerados fundamentais nas etapas de formulação e avaliação de políticas públicas de saneamento básico no ex-Território e Estado do Amapá. Segundo orientações de Heller e Castro (2007, p.293), a identificação desses elementos leva em consideração particularidades locais e a compreensão do padrão histórico de formulação de políticas públicas e práticas de gestão ocorridas na região, que ainda influenciam a realidade atual e obstáculos para mudanças. Os elementos históricos agregados com outros dados sobre o setor, compõem um conjunto de fatores abordados por referenciais teóricos (Grindle e Thomas, 1991; Hofferbert, 1974) propostos para serem aplicados na construção e análise de políticas públicas (Çeliktürk, 2019; Vy, 2017). São elementos presentes na literatura para a contextualização dos problemas de saneamento básico, incluindo temas sobre reformas no modelo de gestão do setor (Asensio, 2009; Faria R.; Faria S.; Moreira*.*, 2005; González-Gómes *et al.*, 2011; Hall *et al.*, 2007). Além disso, ressalta-se que, ao longo do processo histórico, escolhas sobre o uso de determinadas tecnologias afetam tanto a cadeia de decisões imediatas, limitando as opções disponíveis, como também afetam decisões futuras (Melosi, 2000, p.10)[[1]](#footnote-1).

O foco sobre o Estado do Amapá se justifica por este apresentar os piores índices de saneamento básico do Brasil, sendo apenas 32,9% da população atendida pelo fornecimento de água tratada e 6,8% por esgotamento sanitário (SNIS, 2023). O comprometimento da cidadania partindo da ausência desse direito humano fundamental (ONU, 2014; Paixão e Bentes, 2023), ampliado por políticas neoliberais (Heller, 2022; McCarthy e Prudham, 2004) não é algo recente. Desde a constituição do TFA, em 1943, a prestação dos serviços públicos tem sido marcada por dificuldades na implantação das políticas públicas, continuadamente interrompidas, realizadas com investimentos tanto públicos como privados, em períodos de tempo determinados, e prejudicadas pela dependência socioeconômica da região por apoio técnico e repasses de recursos financeiros do governo federal (Chelala, 2020; Drummond e Pereira, 2007; Porto, 2002).

A importância da análise entre 1943 e 1956, consiste no período de pioneirismo das construções de saneamento básico na região amapaense e de introdução das práticas políticas na gestão do setor e sociais no uso dos serviços públicos. Práticas enraizadas e mantidas no poder público, instituições e sociedade amapaense, sob uma trajetória de dependência que continuou vigente e influenciou nos processos decisórios e de implantação das políticas públicas seguintes. Influenciando, inclusive, decisões governamentais sobre as políticas que levaram à desestatização parcial da gestão do setor de saneamento básico no Estado do Amapá[[2]](#footnote-2), aplicada através do modelo de concessão regionalizada.

Dentre as práticas identificadas, destacam-se as introduzidas a partir da relação das instituições públicas do TFA (1943) com o Departamento Nacional de Obras de Saneamento[[3]](#footnote-3) (DNOS) (1940) e Serviço Especial de Saúde Pública[[4]](#footnote-4) (SESP) (1942) (Campos, 2006), que desde então ignoravam ou minimizavam a participação do poder público municipal. O padrão de desenvolvimento do saneamento básico aplicado na região ocorreu de maneira semelhante ao identificado nas sociedades norte-americanas. O modelo de gestão introduzido por meio das instituições do TFA foi consolidado junto às práticas políticas e sociais que configuraram a natureza das relações entre as cidades e o governo federal, resultando na transformação dos serviços essencialmente locais em sistemas cada vez mais influenciados por interesses regionais e nacionais, excluindo a participação dos municípios nos processos decisórios (Melosi, 2000, p.13). A configuração de centralização e de verticalização dos trâmites institucionais, incluindo os processos decisórios, tipificou os procedimentos de formação e implantação das políticas públicas de saneamento básico. Mais especificamente, em âmbito nacional, quando no período de regime autoritário e mesmo diante da titularidade municipal estabelecida pela constituição, houve o esvaziamento da autonomia dos municípios sobre as políticas de gestão do setor (Melo, 1989, p.85).

De acordo com Britto e Rezende (2017), a análise do setor de saneamento básico brasileiro pode ser dividida em 4 estágios. O primeiro integra o início da colonização até a segunda metade do Séc. XIX, quando com a chegada da Corte Portuguesa os serviços passaram a ser de responsabilidade municipal. Inclui ainda o período final do Séc. XIX até o início do Séc. XX, quando aconteceu primeira transferência por parte do Estado da gestão e prestação dos serviços à iniciativa privada. O segundo estágio inicia no primeiro semestre do Séc. XX, quando o poder público reassume a responsabilidade de fornecimento dos serviços, preocupado com a situação da degradação ambiental e insalubridade urbana. O terceiro estágio consiste desde a I Guerra Mundial, atravessa a II Guerra Mundial e chega até o fim da Guerra Fria, destacando o esforço do bloco capitalista para conter a expansão do socialismo e o contexto da relação entre o Brasil e os EUA que viabilizou uma nova proposta de gestão pública no setor brasileiro. E o quarto estágio iniciado com a recessão global de 1970 e continua até as reformas neoliberais do Séc. XXI.

De acordo com essa periodização, as medidas implementadas no TFA correspondem às políticas nacionais do terceiro estágio. A análise considerou os efeitos de criação do TFA e de nomeação do militar paraense, Janary Nunes, como governador, junto às referências que identificam essa temporalidade como o terceiro estágio de influência direta do modelo de funcionamento das políticas públicas brasileiras sobre o setor de saneamento básico (Britto e Rezende, 2017). Esse período temporal está inserido entre o início do Séc. XX até 1950, quando os setores da saúde e saneamento eram bastante relacionados e foram introduzidas novas tecnologias de saneamento sob influência dos norte-americanos, através da proposição do modelo de gestão pública que manteve o vínculo da titularidade do saneamento básico ao ente municipal, mas sob a autonomia de empresas públicas que passaram a fazer gestão direta dos sistemas (Rezende e Heller, 2008, p.180).

As políticas desse período persistiram no momento seguinte, entre 1950 e 1970, quando houve a separação entre os setores da saúde e saneamento básico, o surgimento da Política Nacional de Saneamento (PNS) (1967), do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANASA) (1971), das Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESB) (Junior e Monteiro, 2006, p.353; Melo, 1989, p.87, Rezende e Heller, 2008, p.238) e expansão dos interesses dos Estados Unidos da América (EUA) por recursos minerais e vegetais de diversas regiões brasileiras (Britto e Rezende, 2017, p.561; Rezende e Heller, 2008, p.207).

Destacam-se as políticas resultantes do “Acordo de Washington” (1942), assinado entre o Brasil e os EUA (Sousa, 2011, p.18), com interesses relacionados à II Guerra Mundial e seus efeitos na promoção de ações governamentais de preparo do território para a instalação de uma estrutura de Estado e mitigação dos efeitos sanitários, devido ao incentivo de migração e ocupação populacional na Amazônia Setentrional (Brasil, 1942; Andrade e Hochman, 2007). Destacam-se ainda políticas do Programa da Amazônia criado como resultado desse acordo, que foi um marco na constituição das políticas sanitárias da época por implantar a primeira infraestrutura de saneamento básico em vários municípios amazônicos, cujos governos atuavam com o apoio técnico e créditos financeiros disponibilizados por instituições norte-americanas (Andrade e Hochman, 2007; Sousa, 2011).

E no período seguinte, quando na origem (1969) e constituição (1973) da Companhia de Água e Esgoto do Amapá (CAESA)[[5]](#footnote-5) houve a implantação de um modelo de gestão sob a lógica de autossustentação tarifária, regionalização, ganhos de escala e subsídios cruzados, que priorizaram os serviços de abastecimento de água no centro das áreas urbanas, a despeito das áreas suburbanas, rurais e dos serviços de esgotamento sanitário (Melo, 1989, p.87; Rezende e Heller, 2008, p.235).

Assim, com as lentes de análise sobre essa temporalidade (1943-1956), buscamos identificar os elementos históricos que explicam como surgiram e implantaram as primeiras políticas públicas de infraestrutura para o setor de saneamento básico no ex-TFA. Administrado por um governo subordinado às decisões federais e com forte influência das relações internacionais do Brasil com os EUA e efeitos da II Guerra Mundial (Andrade e Hochman, 2007; Silva, 2017).

Para o desenvolvimento da pesquisa, realizamos levantamento da literatura especializada sobre o contexto histórico relacionado com as políticas sanitárias e de desenvolvimento da sociedade amapaense na região amazônica. Em seguida, as análises foram concentradas sobre os atos oficiais do governo amapaense e matérias jornalísticas publicadas no Jornal do Amapá, entre os anos de 1945 e 1968, e no Jornal Folha do Povo, entre 1959 e 1964. Os dados foram complementados com informações disponibilizadas por meio de entrevistas realizadas com historiadores e engenheiros sanitaristas locais, a respeito do desenvolvimento do setor de saneamento básico no ex-TFA e Estado do Amapá.

A apresentação dos resultados está organizada em 4 partes, além desta seção introdutória e de conclusões. Na primeira parte, contextualiza-se, mais especificamente, o ambiente nacional do período analisado, quando as pautas da agenda sanitária emergiram no país, abordando os interesses políticos e econômicos provenientes da relação Brasil-EUA e políticas aplicadas conforme o Acordo de Washington e Programa da Amazônia. Na seção seguinte, apresenta-se o ambiente interno de implantação das políticas públicas do governo amapaense e se discute as práticas políticas na relação entre os entes federativos e elite local. Na sequência são apresentadas as principais soluções de infraestrutura sanitária construídas no TFA. Destaca-se a origem dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE), banheiros e torneiras públicas construídos na capital Macapá. Por fim, destaca-se a origem das práticas políticas e sociais não republicanas com relação à prestação dos serviços públicos, apresentando o surgimento dos desafios que contribuíram para o agravamento da precariedade da infraestrutura dos sistemas sanitários e das dificuldades de sustentabilidade econômico-financeira das instituições responsáveis pelo setor.

# 2. O Janarismo e a missão oficial de “Sanear, Educar e Povoar” o TFA

A constituição do TFA[[6]](#footnote-6)  e nomeação de Janary Nunes como governador do TFA, ocorreram, respectivamente, em 13 de setembro de 1943 e 27 de dezembro de 1943. Segundo Souza (2011, p.17), estes atos buscavam o fortalecimento do Estado Nacional, à proteção e ocupação dos interiores e fronteiras brasileiras, e cumprimento dos acordos internacionais com interesses estratégico-militares e econômicos de exploração da borracha na Amazônia. O governo federal delegou ao militar paraense, Janary Nunes, a missão oficial de “Sanear, Educar e Povoar” o TFA, com o acompanhamento e apoio técnico de instituições norte-americanas (Leal, 2007, p.139, 2017, p.273).

Especificamente para o saneamento básico, as políticas estabelecidas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) foram organizadas pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)[[7]](#footnote-7), com cooperação norte-americana do Instituto de Assuntos Inter Americanos (IAIA) (Campos, 2006, p.17; Sousa, 2011, p.27). No TFA, a implantação do Programa da Amazônia, construído com supervisão internacional, substituiu as propostas constantes do Plano de Saneamento da Amazônia, que havia sido elaborado por profissionais e instituições brasileiras (Andrade e Hochman, 2007, p.262-275; Sousa, 2011, p.59-60). Contudo, o novo programa centralizou as ações no controle das doenças tropicais, com ênfase na malária, e assistência aos trabalhadores da borracha que chegavam à região amazônica (Andrade e Hochman, 2007, p.263; Campos, 2006, p.28). Portanto, um programa influenciado por norte-americanos com objetivo distinto e em substituição à proposta do plano nacional, que recomendava o avanço da construção da infraestrutura sanitária em paralelo com os demais desdobramentos das políticas de saúde pública.

Para catalisar a operação da missão, foi garantido o financiamento de incentivo do programa, através da disponibilidade de investimentos nacionais e internacionais. Como havia o interesse dos EUA na exploração dos recursos naturais da Amazônia, o acordo incluiu a disponibilidade de créditos para o Brasil no valor total de 100 milhões de cruzeiros. Sendo viabilizado mediante negociação do teto do preço da borracha brasileira, que foi mantido em, aproximadamente, 17 cruzeiros o quilo, quando o valor de mercado chegava a valer mais de 100 cruzeiros. Contudo, apesar do crédito disponibilizado e aplicado na construção de diversas infraestruturas pioneiras nos municípios amapaenses, a execução dos recursos foi combinada com o investimento inicial de 9 milhões de cruzeiros do Brasil (Justa [...], 1948).

# 3. As instituições públicas e a origem das políticas sanitárias no Amapá

Até 1943 os problemas sanitários das comunidades amapaenses eram tratados pelo Estado do Pará[[8]](#footnote-8). As unidades administrativas e a sede da estrutura de governo estavam instaladas na cidade de Belém, capital do Pará. Quando vinculadas ao Pará, apesar dos anseios e tentativas das comunidades amapaenses de autonomia política e administrativa da região[[9]](#footnote-9), até o surgimento dos interesses nacionais e internacionais, com o advento da II Guerra Mundial, prevaleciam os interesses políticos paraenses sobre as decisões governamentais. Os políticos paraenses conseguiam retardar a implantação de políticas públicas sanitárias que pudessem gerar o desenvolvimento socioeconômico e o fortalecimento político da região amapaense. Segundo Almeida (1873), o problema de insalubridade não era resolvido na região amapaense e no Pará disseminavam informações falsas e preconceitos sobre a qualidade da água local. As falsidades sobre a região chegavam a tal ponto que os visitantes passavam sede e se recusavam beber a água da região amapaense, supondo ser envenenada pela vegetação local (Almeida, 1873, p.13).

Dessa forma, até a constituição do TFA, os sistemas de abastecimento de água (SAA) e de esgotamento sanitário (SES) eram, praticamente, inexistentes. Até 1943, os de maior porte foram localizados apenas na Fortaleza de São José de Macapá, construída no século XVIII, devido aos interesses coloniais (Costa e Cintra, 2016) e na Base Aérea do município de Amapá, construída em 1941, devido aos interesses militares de guerra[[10]](#footnote-10). Na primeira, arqueólogos identificaram um moderno sistema de redes pluviais com drenagem das águas servidas e despejo direto na foz do Rio Amazonas (Magalhães, 2006). Na segunda, foi construído um moderno SAA, que aplicou tecnologias de saneamento básico pioneiras na região. O SAA era composto por um moderno sistema de coleta de água bruta de poço, estação de tratamento, filtros, depósitos de água e casas de bombas distribuídas em pontos estratégicos para o total abastecimento da base militar[[11]](#footnote-11). Observando-se que a dimensão da infraestrutura dessas obras demonstra a preocupação dos gestores do período quanto aos aspectos sanitários e de fornecimento de água potável com qualidade para os usuários.

Ainda no município de Amapá, a construção da infraestrutura militar no vasto campo amazônico estimulou uma forte migração antes mesmo da criação do TFA, com a mobilização de diversos militares brasileiros, estrangeiros, nordestinos e cidadãos de outras cidades próximas que buscavam oportunidades de trabalho e melhores condições de vida no entorno do campo militar e atividades de exploração da borracha na floresta amazônica (Luna, 2020, p.90). Entretanto, apesar da maior concentração populacional nesse município, observa-se que Janary Nunes, quando assumiu o governo e o desafio de implantar a estrutura institucional do TFA, recomendou ao presidente da república a mudança de localização da sede do governo, transferindo a capital do município de Amapá para o município de Macapá. Conforme observado por Macedo (2020, p.51), havia a pré-existência de concentração de poder político nas mãos de uma pequena elite pecuarista e membros de famílias tradicionais já instaladas naquele município. Contudo, apesar do espaço político e menor concentração populacional, a cidade de Macapá também não tinha qualquer infraestrutura sanitária e “tudo ainda estava por fazer” (Nunes, 1946, p.8), sendo “o problema de indisponibilidade de água tratada um dos mais urgentes” (Nunes, 1946, p.109).

Dessa forma, em 25 de janeiro de 1944, após Janary Nunes desembarcar em Macapá, instalou a sede de governo no antigo prédio da Intendência da vila de Macapá e trouxe consigo um quadro técnico composto por pessoas próximas, de sua confiança e diversos familiares para a composição da primeira estrutura de governo amapaense[[12]](#footnote-12). Nas instituições responsáveis pelo saneamento básico, a gestão e coordenação das ações ficaram sob responsabilidade de agentes nomeados por Janary Nunes, de maneira que: no Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP), vinculado direto à Secretaria Geral de Governo, a direção era ocupada pelo engenheiro civil, Dr. Hildegardo da Silva Nunes, primo de Janary Nunes; na unidade de Serviço de Obras, vinculada à DVOP e destinada para a construção, fiscalização, manutenção e aprovação dos projetos sanitários, atuava o Mestre Júlio[[13]](#footnote-13), amigo de Janary Nunes, que ficou responsável pela coordenação e execução das primeiras construções, reformas e ampliação da infraestrutura, que se resumia em algumas poucas casas feitas de taipa, cobertas de palhas e alguns poços amazonas[[14]](#footnote-14); e na unidade de Serviços Industriais a superintendência foi ocupada pelo seu tio, o Sr. Eloy Monteiro Nunes, responsável pela coordenação dos serviços de transportes, força e luz, abastecimento de água, administração de imóveis e oficina mecânica (Serviços [...], n° 287, 1950).

Esses elementos esclarecem como desde a constituição do TFA, houve o enraizamento das práticas de nepotismo e políticas de favoritismo governamental, com a escolha de familiares e pessoas próximas para ocuparem os cargos públicos nas instituições dos governos amapaenses. Desde então foi aplicado o tipo de gestão que condicionou os governos locais à dependência de suporte técnico externo às instituições amapaenses e criou bases para um desenvolvimento territorial e da sociedade local subordinados às políticas do governo federal e, por conseguinte, às eventuais condicionantes políticas influenciadas por instituições e interesses internacionais. Nesse contexto, as políticas públicas mais complexas, que dependiam de conhecimentos específicos e grandes volumes de investimentos, também ficaram condicionadas às decisões, diretrizes e investimentos externos. Restando aos governos amapaenses os processos de implantação das políticas públicas construídas de fora para dentro do TFA e de cima para baixo nas tratativas políticas e institucionais interfederativa.

Nesse cenário, o SESP que em 1942 havia se instalado no município de Amapá, como um subdistrito sanitário da sede que ficava em Belém, mudou-se para Macapá[[15]](#footnote-15) (Efemérides [...], 1945). O SESP passou a funcionar em uma das casas construídas pelo governo, devido à necessidade de estreitamento da relação com o governo territorial, como forma de facilitar as tratativas para os avanços do setor de saneamento básico na região amapaense. Mas não somente no âmbito do planejamento e das construções dos SAA e SES, como também para a construção e manutenção dos postos de saúde que funcionavam nos municípios de Amapá e Oiapoque[[16]](#footnote-16), fornecimento de medicação para a população e aquisição de dados locais no combate às doenças tropicais da Amazônia. Outras políticas educativas também foram implantadas nas escolas locais com a instrução de questões sanitárias (O Saneamento [...], 1949). Além disso, havia notas produzidas pelo SESP[[17]](#footnote-17) que eram publicadas com orientações de saúde pública nos jornais de circulação local, posteriormente, transmitidas nas salas de cinema e programação radiofônica emitida pelos equipamentos de som instalados nas principais praças e vias públicas das cidades amapaenses (Melhorando [...], 1945).

As instituições dos governos locais, com o apoio e orientações do SESP, trataram imediatamente dos problemas de saneamento básico na constituição da nova sociedade amapaense. Um dos maiores desafios na gênese do estado foi o enfrentamento das doenças tropicais e dos problemas sanitários agravados com o aumento da migração e ocupação territorial desordenada. Processo migratório e de ocupação do espaço que iniciou o padrão de crescimento na região típico de “subfronteira de investimento concentrado” (Drummond e Pereira, 2007, p.69)[[18]](#footnote-18). Conforme o relatório do primeiro ano de gestão de Janary Nunes (1946), houve o enfrentamento de uma crise endêmica de doenças tropicais devido à ausência de infraestrutura sanitária em todos os núcleos populacionais amapaenses, combatida com as políticas resultantes da presença do SESP, conforme trecho destacado a seguir:

A quase totalidade da população sofre de endemias tropicais, principalmente malária e verminose [...]. O Serviço Especial de Saúde Pública vem trabalhando ativamente, porém sua ação só se faz sentir com relativa eficiência nas sedes dos municípios. As casas de residência são miseráveis [...]. Não há privadas. Do alto do rio Vila Nova até o igarapé do Lago, anotado mais de 60 barracas, conseguimos contar 6 privadas. E estas consistem no clássico buraco tendo um caixão de madeira ou duas taboas na boca [...]. Em Macapá, capital do Território, nenhuma casa possuía instalações sanitárias higiênicas dispondo de fossa biológica, conforme recenseamento procedido. Com exceção das construções norte-americanas, da Panair, do Exército Brasileiro e de uma casa particular no Oiapoque [...]. Não há uma cidade ou vila que possua luz elétrica, água encanada, esgotos, ou serviço público necessário à higiene e ao progresso (Nunes, 1946, p.5-6).

Houve ainda um conjunto de ações de planejamento e execução de serviços públicos sanitários urgentes que foram realizados em todos os municípios amapaenses. Na capital Macapá e cidades de Mazagão, Amapá e Oiapoque, foram aproveitados os poços pré-existentes e construídos novos que foram conectados a depósitos que bombeavam a água para vários pontos das cidades. Em Macapá, conforme apresentado na seção seguinte, destacaram-se a construção de torneiras públicas nas praças, nas esquinas das ruas e nas casas que custeavam as despesas de material. Com a projeção de continuidade de crescimento da população, Janary Nunes manifestava a intenção de construção de uma estação de tratamento de água com a captação direta do Rio Amazonas e a necessidade de construção de uma “rede geral como estrutura para o desenvolvimento futuro da cidade” (Nunes, 1946, p.108).

No primeiro relatório de gestão, o governo registrou a execução de maneira direta de atividades que envolviam desde a fabricação de materiais de construção, que não eram comercializados no local e dependiam do translado de outras regiões, até a construção de obras e serviços de manutenção essenciais para a instalação e funcionamento das instituições públicas, hospedagem dos agentes públicos e atendimento da comunidade em geral. Dentre as principais obras e serviços, houve a construção da “Olaria do Território” para o fornecimento de tijolos, telhas, cerâmicas, marmorites, etc., materiais necessários para a construção da infraestrutura sanitária; reconstrução dos poços existentes conhecidos como “São José”, “Sete de outubro” e “Poço do Mato[[19]](#footnote-19)”; construção de caixas d’água e redes de abastecimento das casas das vilas e torneiras públicas das praças de Macapá; manutenção das áreas com mato das cidades, vilas e beira dos rios, com o objetivo de afastar os mosquitos e insetos; abertura de valas nas ruas para a drenagem das águas paradas; entre outros serviços fundamentais para o enfrentamento dos problemas sanitários das cidades amapaenses (Nunes, 1946, p.100).

Outras soluções que demandavam planejamento e execução a médio e longo prazo foram delegadas para o setor privado com empresas instaladas em outros estados. Por exemplo, a empresa Byington & Cia, que recebeu todos os dados e planos urbanísticos da cidade de Macapá para projetar a primeira estação de tratamento de água, com captação direta do Rio Amazonas. Recebeu ainda um croqui e o levantamento topográfico da vila de Calçoene e da cidade de Amapá, para fins de estudos e elaboração de projetos de abastecimento de água, rede de esgoto e plano urbanístico dessas localidades (Nunes, 1946, p.109).

Contudo, mesmo diante das ações das instituições públicas e privadas na região amapaense, a construção da infraestrutura sanitária realizada não conseguiu acompanhar o ritmo de crescimento populacional e de ocupação do território. Até o final do governo Janarista (1943-1956), os serviços públicos e a infraestrutura sanitária eram insuficientes frente a demanda da população amapaense, conforme abordado a seguir.

# 4. A origem da infraestrutura do SAA e do SES no Amapá

Com a mudança da capital do TFA para o município de Macapá, observa-se que a cidade recebeu a construção dos SAAE de maior porte. Nos demais municípios amapaenses (Mazagão, Amapá e Oiapoque), as políticas sanitárias aplicadas implantaram pequenos sistemas isolados e padronizados para o abastecimento de água. Em todos os municípios amapaenses os SAAE não atingiram a universalização dos serviços públicos e atendiam, principalmente, a população urbana localizada nas áreas centrais das cidades, conforme descrito a seguir.

# 4.1 A origem do SAA em Macapá

Até 1945 a população da cidade de Macapá contava com uma população aproximada de apenas 2.500 habitantes, mas com projeção de crescimento acelerado[[20]](#footnote-20). Essa perspectiva de crescimento populacional levou o TFA a se preocupar com o problema de abastecimento de água. Contudo, os projetos não avançavam devido às dificuldades técnicas e de aquisição de materiais que precisavam ser importados de outros estados. Nesse contexto, as tratativas do governo do GTFA com o Programa da Amazônia aconteceram no sentido de realizar um acordo do governo com o SESP, visando a construção do 1° SAA na capital Macapá. Nas tratativas ficou definido que o SESP entraria com todo o quadro técnico necessário para o planejamento e execução dos serviços de saneamento básico e que o governo do TFA arcaria com todos os custos de implantação das obras e serviços, a partir de créditos financeiros transferidos do governo federal para o TFA. Dessa forma, cabia ao SESP o trabalho técnico de especificações, administração geral e fornecimento de todo o material a “preço de custo”[[21]](#footnote-21) e ao governo amapaense o pagamento pelas obras e serviços (Abastecimento [...], 1946).

O SAA foi construído e composto pela escavação de 3 poços, instalação de uma casa de bombas, motores, construção de uma grande caixa d’água de concreto armado e distribuição de água tratada com cloro por meio da construção da primeira rede pública com tubulação de ferro fundido. A obra do SAA foi iniciada em 24 de novembro de 1945. Os poços e a caixa d’água foram construídos nas medições do então campo agrícola, no entorno do antigo poço do mato (Montoril, 2021).

Na obra do SAA, as instituições norte-americanas se faziam presentes por meio da coordenação da Diretoria de Engenharia do SESP, que era supervisionada pelo engenheiro João Luiz Dias da Silva e auxiliada pelo construtor norte-americano John Caffney. Por parte do governo do TFA, acontecia a fiscalização e a assistência para a execução das ações feitas pelo DVOP e o Serviço Industrial. A execução das obras foi iniciada, aproximadamente, com 35 trabalhadores que sem as devidas máquinas faziam a escavação dos poços e a abertura das valas de maneira artesanal, com pás e picaretas. Na escavação dos poços, os operários retiravam a terra com caixotes de madeira e quando atingiam a água faziam o uso de mangueiras, bombas, e mergulhavam com o uso de escafandro - do mesmo modo como estava sendo feito outros poços em outros estados do país pelo Programa da Amazônia (Montoril, 2021; Macapá [...], 1945).

Entretanto, com problemas para a execução das obras, devido à falta de mão de obra local, John Caffney enfrentou a necessidade de mais trabalhadores (Macapá [...], 1945). No ano seguinte, com a chegada de imigrantes, a operação contava com quase o triplo de pessoas, sendo 45 atuando na escavação dos poços e colocação de encanamento e outros 45 homens na abertura das valas e implantação das redes de abastecimento. Alguns dos trabalhadores, assistentes e profissionais experientes, foram trazidos pelo construtor da cidade de Abaetetuba, no Pará, por já terem trabalho em outras obras idênticas e executadas pelo SESP naquela região. (Abastecimento [...], 1946).

Ao longo da execução dessas obras eram frequentes as visitas de grandes autoridades do IAIA, do Programa da Amazônia, do SESP e da engenharia sanitária do Brasil. De maneira que uma das visitas de maior destaque aconteceu em 24 de março de 1946, quando Janary Nunes e demais autoridades locais receberam o médico sanitarista Dr. Eugene P. Campbell, chefe da Missão Técnica do IAIA no Brasil; o Dr. Oswaldo José da Silva, Diretor do Programa da Amazônia; o Dr. Donald Eckeles, um dos maiores sanitaristas do Brasil; e o Dr. John Lucien Hummel, engenheiro chefe do SESP. Outros profissionais, como o Sr. Jerry Pirtle, na época chefe da Seção de Construção do Programa da Amazônia, acompanhavam de maneira constante a evolução das obras e serviços no TFA direto da sede do SESP, no Rio de Janeiro (Chegará [...]. 1946; Dirigentes [...], 1946).

Após a conclusão das obras, o SAA foi inaugurado em 12 de outubro de 1946 (Com a [...], 1946), com o custo total de Cr$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) (Abastecimento [...], 1948), e cerimônia nas imediações do poço do mato com a presença do governador e diversas outras autoridades locais e nacionais. Após o corte da faixa simbólica de inauguração, os representantes do IAIA e do SESP acionaram os motores de distribuição de água na cidade de Macapá. Dentre as autoridades presentes, estavam os senhores Eugene Campbell, chefe da Missão Técnica do IAIA, e o Sr. Sérvulo Lima, Diretor geral do SESP. No seu discurso, Janary Nunes abordou a condição das mulheres no TFA, explicando que se via “velhinhas pobres de Macapá, com o seu cântaro na cabeça, expostas à chuva e ao lodaçal da estrada, percorrer meio quilômetro para alcançarem o velho Poço do Mato” (Um grande [...], 1946). Na ocasião, Eugene Campbell informou que “das 1.667 cidades brasileiras, poucas tinham serviço de água e esgoto disponível. Destas, somente 351 possuíam serviço de esgoto e apenas 663 contavam com serviço de abastecimento de água” (Abastecimento [...], 1948). Encerrada a cerimônia, o sistema ativado passou a ser monitorado pelo espanhol Sr. Canalecho[[22]](#footnote-22), que era lotado nos Serviços Industriais e ficou responsável pelo funcionamento e manutenção do sistema (Montoril, 2021).

Apesar do feito, o sistema inaugurado em 1946 contava com a capacidade de produção próxima do limite máximo. A produção de 24 galões per capita por dia atendia, no máximo, uma população estimada em 5.000 habitantes (capacidade máxima de 450 m³). Conforme supracitado, em 1945 a área urbana de Macapá tinha registrado 2.500 habitantes. Assim, considerando ainda que em 1950 a cidade tinha 4.382 habitantes[[23]](#footnote-23), identifica-se que o sistema em 1946 foi inaugurado com a necessidade de imediata expansão da produção (População [...], 1950). Além disso, observa-se que os dados tratam apenas das políticas nacionais de incentivo à migração para o TFA e não abrangem as demandas da área suburbana e rural de Macapá, uma vez que não havia por parte dos governos políticas específicas de abastecimento de água para a população dessas regiões, que até então apresentavam população superior à concentrada na área urbana. Após 10 anos da inauguração, em 1956 eram apenas 752 ligações centradas na área urbana, distribuídas por 17.000 m de rede, em 24 ruas e avenidas dos bairros centrais de Macapá (Drummond, 2007).

Este cenário levou o governo do TFA a construir um reservatório para o reforço do abastecimento. A primeira caixa d’água de concreto armado foi construída na Avenida Ernestino Borges, com capacidade de armazenamento de grande volume (232.261 litros). Essa obra imponente foi construída na parte alta da cidade, nas proximidades dos 3 poços existentes, e sua inauguração aconteceu em 14 de outubro de 1950, com a presença do governador Janary Nunes, do Secretário Geral, Dr. Raul Montero Valdez, do Juiz de Direito da Comarca de Macapá, Dr. Uriel Sales de Araújo, do Diretor da DVOP, Dr. Hermógenes de Lima Filho, dos trabalhadores e sociedade civil em geral. Na ocasião de inauguração, o Juiz de Direito, Dr. Uriel, foi convidado pelo GTFA para abrir a válvula de escape que deu início ao novo abastecimento e distribuição de água para a cidade com a inclusão da nova caixa d’água no sistema (Inaugurada [...], 1950).

Mesmo com a implantação dessa estrutura, a cidade permaneceu com insuficiência de abastecimento de água, que passou a se agravar mais ainda com a redução dos investimentos estrangeiros para a região, após o cessar da II Guerra Mundial. Desde então permaneceram as notas técnicas dos engenheiros sanitaristas do SESP informando a necessidade de ampliação dos sistemas nos municípios amapaenses. O governo do TFA sem nova perspectiva de ampliação do SAA, assumiu a solução emergencial de retomada de perfuração de poços em diversos pontos da cidade, enquanto aguardava proposta de resolução definitiva pela Diretoria de Engenharia do SESP e do Governo Federal. Em 09 de dezembro de 1954, foram inaugurados novos poços no Bairro do Trem (próximo ao Mercado Central, na Rua São José) e no Elesbão, com a presença de uma pequena comissão do SESP, muito menor que nas cerimônias anteriores (O alargamento [...], 1953; Esteve [...], 1954)

Por fim, o governo do TFA sem conseguir atender a demanda de abastecimento de água, estimulou os municípios e cidadãos a construírem pontos de fornecimento de água, a partir de novos poços. Alguns poucos poços públicos do centro de Macapá tinham tratamento da água, por meio de lançamento de produtos químicos dentro do próprio poço, com bombeamento e lançamento direto na rede de distribuição (Montoril, 2021; Divisão [...], 1953). Nessa configuração inadequada, no caso de paralisação das bombas, o fornecimento de água também era interrompido nas áreas que cada poço atendia. Até 31 de agosto de 1954, o sistema contava com a inclusão de poços no hospital (18,20 m²); no Matadouro (18,20 m²); no Laguinho (68,00 m²); no Trem (25 m²) e no Elesbão (15 m²) (Obras [...], 1951).

Essa solução improvisada acabou introduzindo na sociedade amapaense uma prática de construção de sistemas isolados, públicos e privados, para o abastecimento de água, tanto nas áreas centrais, incluindo nas áreas de ressacas (zonas alagadas), como também nas localidades periféricas, cujas dificuldades de controle público das condições sanitárias e ineficiência na produção desses sistemas são excessivamente onerosas. Nessas condições, o controle público sobre as condições sanitárias dos poços construídos nas instalações particulares e a sustentabilidade econômico-financeira da produção dos sistemas públicos isolados se tornaram, desde então, praticamente inexistentes.

# 4.2 A origem do SES em Macapá

Além do SAA, até 1943 o SES também era, praticamente, inexistente no Amapá. Em Macapá havia apenas um sistema isolado de drenagem pluvial e esgotamento sanitário na Fortaleza de São José de Macapá, com dutos, latrinas e destinação direta dos resíduos para a foz do Rio Amazonas (Magalhães, 2006). Nesse cenário, as ações iniciais do governo do TFA para o combate aos problemas sanitários, consistiram na assinatura de um acordo com o SESP para a construção de fossas biológicas em todas as residências particulares que tinham posses ou fossem custeados a partir de um financiamento misto, pago metade pelo SESP e a outra metade pelas prefeituras amapaenses. Além da abertura de valas nas ruas para o escoamento das águas pluviais (Nunes, 1946, p.108).

Nesse processo, Janary propôs ao governo federal a substituição de todas as fossas inadequadas por fossas biológicas, esclarecendo que “as fossas absorventes existentes nos quintais das casas, eram quase sempre próximas dos poços, a montantes destes, em geral em terrenos porosos, e não raro originavam a contaminação das águas” (Nunes, 1946, p.108-109). A aceitação federal e a execução dessa política por seu governo aconteceram de tal forma que no início de 1949, já eram, aproximadamente, 7.000 fossas sanitárias construídas pelo convênio e sob a coordenação do SESP (O Saneamento [...], 1949).

Além das soluções isoladas, houve a construção da primeira rede pública com o traçado da rede de esgoto planejado para ser em sistema separador, de maneira que o destino das águas pluviais era separado do esgotamento sanitário, com desague imediato para os rios e regatos que cortavam a cidade. Para o esgotamento sanitário o governo amapaense solicitou um projeto com a previsão de uma estação de tratamento de esgoto, propondo, inclusive, a possibilidade de reaproveitamento da lama da estação para adubo e dos gases para fins industriais (Nunes, 1946, p.109).

Contudo, o primeiro SES construído apresentou uma rede que funcionava pela ação da gravidade, com destino das tubulações para uma estação elevatória que bombeava o fluido para um emissário que despejava diretamente no Rio Amazonas. Mais especificamente, na lateral sul da Fortaleza de São José de Macapá, em frente à praia do Elesbão. Em paralelo, havia outra pequena rede pluvial que passava nas ruas das praças e avenidas principais e despejava os fluidos diretamente nos lagos, regatos e rios mais próximos (Montoril, 2021).

Ao longo do SES havia bueiros padronizados que, assim como os dutos das redes, eram feitos de concreto armado. Outra característica interessante dos bueiros é que tinham uma altura com diâmetro variável, parecido com um funil - com uma base mais larga e topo com diâmetro menor. Nessa configuração, quando o aterro e o nível da rua não alcançavam a mesma altura do topo do bueiro, parte dele acabava ficando sobressalente e dessa forma acabaram sendo apelidados pela população de “panelas” (Montoril, 2021).

Até julho de 1951 havia sido construído apenas 25 bueiros em concreto armado e 121 caixas distribuidoras de fluidos (Obras [...], 1951). A execução dessas obras apresentava as piores condições de trabalho possíveis. Os trabalhadores operavam expostos ao sol, sem uniformes e sem condições de segurança adequadas para execução desse tipo de construção (Serviço [...], n° 344, 1951). Conforme observado por Macedo (2020, p.189), a construção era feita por imigrantes que chegavam em Macapá buscando melhores condições de vida, mas tiveram que lidar com uma realidade elitista e discriminatória. De maneira que mesmo no setor de saneamento básico, os serviços disponibilizados atendiam somente a parte nobre e elitizada da cidade e não foram expandidos para os demais bairros habitados pelos próprios trabalhadores dessas instalações. Parte dessa segregação se relaciona com a nova elite amapaense ser composta pelos próprios membros do governo que decidiam sobre a implantação dessas políticas públicas. Pois, ainda que os serviços fossem coordenados pelo SESP, eram os membros do governo do TFA que operacionalizam os pagamentos e disponibilizavam de maneira cooperativa suporte local para a execução dos sistemas.

Assim como nas obras do SAA, as obras do SES também eram frequentemente visitadas pelos membros do alto escalão do governo do TFA e do SESP[[24]](#footnote-24), cabendo destacar a presença periódica do médico brasileiro Dr. Marcolino Gomes Candau (Visitam [...], 1949; O Amapá [...], 1949), que atuou por 20 anos como Diretor Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS). O médico ainda como superintendente do SESP costumava visitar o TFA para vistoriar os serviços resultantes do Programa da Amazônia e dos acordos entre o governo do TFA e o SESP. Sua primeira visita foi registrada em janeiro de 1949 e a última em janeiro de 1951, nas vésperas de conclusão das obras do SES e de sua mudança para trabalhar na OMS em Washington (EUA) (Visitam [...], 1949).

Em 21 de abril de 1952, o SES foi inaugurado com a presença do médico e novo superintendente do SESP, o Dr. Ernani Braga, do governador Janary Nunes, do engenheiro da DVOP, Dr. Douglas Lobato, e de uma comitiva de altos funcionários do SESP, do GTFA e da sociedade amapaense em geral. Na ocasião de inauguração, o Dr. Ernani Braga em seu discurso destacou que “muito poucas cidades nesta vasta área amazônica têm sistemas de abastecimento de água, e um número ainda menor possui sistemas esgoto, de modo que Macapá deve ser felicitada” (Serviço [...], n° 344, 1951; Inaugurado [...], 1952).

Contudo, a inauguração do SES foi um evento mais simbólico, político e de divulgação de início de funcionamento do sistema, uma vez que ao longo dos primeiros meses de 1951 e conforme os serviços iam avançando nas ruas da cidade, os moradores já eram acionados pela DVOP para realizar a ligação das águas servidas das edificações na rede pública. Por outro lado, para a ligação das instalações residenciais ou comerciais na rede de coleta pública, os responsáveis pelos imóveis deveriam preencher e encaminhar um requerimento para a DVOP[[25]](#footnote-25) e a partir de então receberiam os valores dos custos da ligação na rede e passariam a pagar pelos custos de prestação dos serviços (Serviço [...], n° 316, 1951).

Dessa forma, o SES moderno foi inaugurado em 1952 com 15.714,04 m de extensão (15.384,04 m de extensão de rede e 330 m de obras de extensão de emissário), passava por 25 logradouros públicos e tinha a capacidade de coletar o despejo de águas servidas de até 1.000 casas localizadas nas ruas centrais da cidade de Macapá (Obras [...], 1951; Divisão [...], 1953). Em 1955, eram 632 edificações conectadas ao sistema de esgotamento sanitário. Em 1956, eram 863 edificações esgotadas, pela rede e por fossas. Em 1985 eram 1.087 ligações conectadas no SES (Drummond, 2007, p.329), ultrapassando a capacidade máxima do sistema original, e desde então tendo sido considerada insuficiente e com capacidade aquém da necessária para a universalização dos serviços de esgotamento sanitário em Macapá.

# 4.3 As torneiras e os banheiros públicos em Macapá

Os modernos SAA e SES depois de inaugurados atendiam, principalmente, as edificações da área urbana e central da cidade de Macapá. Para essa reorganização do espaço urbano da cidade, houve a transferência dos afrodescendentes e da população trabalhadora e mais pobre para as áreas periféricas, transformando o espaço de maneira que apenas os prédios públicos centrais, alguns comerciantes, a parcela mais elitizada da sociedade e os novos funcionários públicos da cidade, que foram diretamente beneficiados pelas políticas públicas implantadas na região (Luna, 2020, p.123; Macedo, 2020, p.191).

Para os demais moradores das áreas periféricas e edificações cujas condições não permitissem a ligação destas com as redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, foram construídas torneiras e banheiros públicos distribuídos em vários pontos da cidade (A solução [...], 1946). Para o acesso à água, alguns moradores continuaram fazendo o uso de fontes naturais ou poços pré-existentes. Outros acessavam as torneiras públicas que forneciam água tratada em diversos pontos nas ruas, praças e esquinas. Até 1955 o governo do TFA tinha construído 36 torneiras públicas que também eram chamadas de bicas ou chafarizes, protegidas com um pedestal de concreto e instaladas em calçadas com base de 10 cm de espessura (Abastecimento [...], 1948).

Os banheiros públicos também atendiam a população mais carente que morava em casas simplórias e não tinham equipamentos sanitários. Para essa população foram construídos 3 banheiros públicos nos primeiros bairros de Macapá: Centro, Laguinho e Trem. A construção dos banheiros públicos aconteceu antes da inauguração do 1° SES da cidade, ocorrida em 1952, e foram inaugurados, respectivamente, em dezembro de 1948, maio de 1950 e 17 de outubro de 1950 (Inaugurada [...], 1950). Todas as edificações eram padronizadas, construídas em alvenaria (aproximadamente 165,77 m²), tinham cubas para lavagem de roupa, instalações separadas para homens e mulheres, chuveiros, mictórios, sanitários do tipo turco, cobertura de telhas cerâmicas, caixa d’água, instalações de água, luz, rede de esgoto e fossa biológica (Festivamente [...], 1950; Inaugurado [...], 1950). A importância desses equipamentos para o governo e para a população era observada nas cerimônias de inauguração realizadas com a presença do governador, do Secretário Geral, do Diretor do DVOP, dos trabalhadores e comunidade em geral.

Entretanto, mesmo com a construção desses banheiros, algumas outras casas ainda continuavam improvisando pequenas estruturas nos fundos dos “terrenos”, com buracos no chão e tábuas de madeira para o apoio dos pés. Essas pequenas estruturas não tinham a complementariedade das fossas, eram aterradas quando substituídas ou conectadas à rasgos no terreno que destinavam o esgoto para despejo direto no meio ambiente. Contudo, eram equipamentos improvisados pela população mais pobre atingida pela insuficiência de ações do governo para a solução dos problemas de saneamento básico.

# 5. Os serviços públicos de saneamento básico surgiram gratuitos?

Coube ao governo militar de Janary Nunes a implantação das primeiras políticas públicas sanitárias, com o suporte técnico e financeiro do governo federal e instituições norte-americanas. Porém, o início de funcionamento do SAA e do SES aconteceu de maneira paralela à introdução da forma paternalista e clientelista de governo (Leal, 2017, p.138), fazendo surgir uma relação pouco democrática e não republicana entre o poder público e a sociedade amapaense. Isso aconteceu pelo próprio uso das demandas sociais de acordo com os interesses políticos e eleitorais, que buscavam a consolidação da ocupação dos espaços de poder pela nova elite local amapaense (Luna, 2017; Macedo, 2020).

Dessa forma, o relacionamento construído entre o governo do TFA e a sociedade local causou dificuldades para o planejamento e execução de medidas para viabilizar a universalização dos serviços públicos, considerando a ausência de condições de autonomia, eficiência e sustentabilidade econômico-financeira para o funcionamento dos sistemas e instituições responsáveis. Desde a sua gênese, o governo amapaense compensou a insuficiência e ineficiência dos serviços sanitários com o afrouxamento na fiscalização e controle sobre os sistemas gerando, ao mesmo tempo, um desincentivo da população para pagar as contas. Dessa forma, criou-se uma cultura local acostumada a receber os serviços de maneira gratuita e o consenso político e social de transferência para o poder público do ônus de pagamento dos custos de manutenção e prestação dos serviços de saneamento básico.

Nesse contexto, imediatamente após a inauguração das redes do SAA, o governo do TFA passou a enfrentar problemas associados ao desperdício de água tratada e a inadimplência de pagamento dos serviços. Em Macapá era comum encontrar as torneiras públicas danificadas ou constantemente deixadas abertas sem nenhum motivo aparente. Essas práticas persistiram e, por outro lado, levaram o governo do TFA a lançar notas nos jornais e rádios locais com um “apelo à população” para evitarem o desperdício de água tratada e honrassem o pagamento das dívidas com o governo para a continuidade de prestação dos serviços públicos (Serviço [...], 1947; Serviços [...], n°302, 1950).

Observa-se que a inadimplência não era específica de qualquer classe social. Mesmo os próprios governantes e membros da elite econômica faziam o uso dos serviços sem qualquer pagamento para a cobertura dos custos de produção. Quando pagavam, aproveitavam, inclusive, a defasagem das tarifas. Quando não eram atendidos pelos serviços, utilizavam sua própria capacidade econômico-financeira para realizarem investimentos em soluções isoladas que atendiam somente suas demandas e interesses particulares, fazendo uso dos recursos naturais sem pagamento de outorga ou qualquer contrapartida ao uso da água. Enquanto isso, a população mais pobre e vulnerável quando não tinha acesso aos benefícios e tarifas sociais, passava a solucionar suas demandas por água tratada através de ligações clandestinas nas redes.

Nesse contexto, identifica-se que havia críticas da população e da imprensa local com relação a esse modelo de funcionamento estabelecido. Conforme notícia veiculada no Jornal Folha do Povo (1959), intitulada “Figurões Caloteiam o Governo”, desde a origem da prestação dos serviços públicos no TFA havia a inadimplência de empresários e agentes políticos que também acumulavam dívidas com o poder público. Dentre eles, inclusive, o próprio chefe dos Serviços Industriais, com relação aos serviços públicos de casa, energia elétrica e água tratada, conforme trecho a seguir:

Diariamente, até o dia 30 de abril, ouvíamos na ZY-E2, uma nota aviso, da Assistência Financeira do Governo, chamando a atenção daqueles que devem ao Território Federal do Amapá, Luz, Água e Casa. Entre eles, existem pessoas de destaque social e administrativo como é o caso do Deputado Amilcar da Silva Pereira, Eloy Nunes e outros. Damos a seguir uma relação daqueles que devem ao Governo: Eloy Nunes (15 meses), água, luz e casa – 16.057,00; C. Cavalcante, (9 meses), casa – 3825,00; V. Portugal, (10 meses), casa – 6.500,00; Dr. Amilcar (48 meses), água e luz – 6.022,40; A. Nunes, água e luz – 333,20; Irmãos Platon (15 meses), água e luz – 121.481,20; João Barbosa (PTB) luz – 1.418,00 (...) (Figurões [...], 1959).

Mesmo com a insatisfação pelo mau funcionamento dos sistemas, por décadas o poder público e a sociedade amapaense se adaptaram à essa realidade. Foi mantida pelo poder público a omissão governamental para a implantação de qualquer política pública que modificasse essa condição, mesmo diante do constante crescimento dos prejuízos econômicos e de saúde pública que se acumularam ao longo dos anos[[26]](#footnote-26). Isto porque, após a consolidação dessa estrutura de funcionamento, a prestação dos serviços públicos, de maneira gratuita, para os núcleos populacionais urbanos, periféricos e grupos de baixa renda, tornou-se um importante instrumento de barganha social na busca de votos e apoio político nos períodos eleitorais. A prevalência dos interesses políticos e particulares sobre a qualidade de governança das instituições responsáveis pela prestação dos serviços, possibilitou aos grupos político-partidários e seus apoiadores, importantes espaços de poder capazes de contribuir para as estratégias político-eleitorais e, por conseguinte, nos resultados das eleições.

Nesse contexto, destaca-se 3 (três) elementos históricos que contribuíram para o fornecimento dos serviços de forma gratuita no ex-TFA e continuados no Estado do Amapá: (a) os desafios próprios da gestão do setor, dependente de apoio técnico e recursos externos às instituições amapaenses responsáveis pela prestação dos serviços sanitários locais; (b) a prevalência dos interesses políticos, partidários e eleitorais sobre o interesse público na gestão das instituições públicas amapaenses; e (c) a configuração de precariedade socioeconômica sujeita à maioria da população amapaense. A combinação desses elementos criou um arranjo político-institucional e social que até os tempos atuais dificulta o surgimento de novas políticas internas para a interrupção desse modelo de funcionamento do setor, utilizado para fins de manutenção de poder da elite política e econômica local.

Esses aspectos juntos: retardaram o alcance da universalização da prestação dos serviços sanitários; mantiveram com a elite amapaense relativo bônus político sobre a prestação dos serviços e com o poder público o ônus econômico-financeiro da manutenção dos SAAE; e destinaram, principalmente, para a população amapaense mais vulnerável os efeitos negativos da prestação dos serviços públicos sem a devida eficiência, sustentabilidade econômico-financeira e qualidade adequada, que perduram até os dias atuais.

# 6. Conclusões

Os elementos históricos apresentados destacam as principais infraestruturas sanitárias e práticas políticas e sociais realizadas no setor de saneamento básico, ao longo do período de governo Janarista (1943-1956), no ex-TFA (1943-1988). Destaca-se a construção dos primeiros SAA e SES para atendimento das áreas urbanas da capital Macapá, dos banheiros e torneiras públicas para atendimento das edificações não atendidas pela rede pública e da população residente nas áreas suburbanas. A instalação das construções apenas nas áreas centrais demonstra a prioridade de atendimento das necessidades sanitárias nas áreas ocupadas pela elite amapaense e desde então a implantação de políticas de segregação social, realizadas por meio da postergação de prestação de atendimento da demanda para a população sem condições de pagamento pelos serviços. A improvisação técnica com a disseminação de construções de sistemas isolados (poços e fossas), autorizados pelo governo local e realizados frente ao afrouxamento da fiscalização e controle público, introduziu um modelo de política pública emergencial que, ao invés de funcionar em carácter provisório, transformou-se em prática social permanente na sociedade amapaense.

Nos elementos identificados, observa-se que os problemas existem desde o vínculo dos municípios amapaenses com o Estado do Pará. Mas que se agravaram diante dos interesses nacionais e internacionais de constituição do TFA (1943) e das políticas públicas que causaram forte migração populacional e ocupação desordenada da região. Mesmo a cooperação técnica e os créditos financeiros disponibilizados por instituições norte-americanas para investimentos na região amazônica e amapaense, por meio das relações políticas do TFA com o SESP, IAIA e Programa da Amazônia, a infraestrutura construída foi desde então insuficiente para o atendimento das demandas sanitárias e inauguradas com capacidade de produção defasadas.

Posteriormente, outras políticas realizadas, por exemplo, através da Política Nacional de Saneamento (PNS) (1967), do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) (1971), da Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB) (2007), do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) (2013) e do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) (2007), pouco conseguiram avançar no desenvolvimento do setor amapaense, frente a influência do modelo estabelecido e continuado na gestão da Companhia de Água e Esgoto do Amapá (CAESA) (1969/1971) e demais instituições públicas responsáveis pela prestação dos serviços públicos[[27]](#footnote-27).

A trajetória de dependência das práticas de gestão administrativa e operacional foi expressa nos problemas sanitários que persistiram ao longo de décadas, mesmo após a criação da CAESA (1969/1973), da autonomia político-governamental do Estado do Amapá (1988) e publicação das políticas públicas nacionais supracitadas. Mais recentemente, a continuidade das práticas políticas, econômicas e sociais consolidadas no setor amapaense, contribuíram para a inflexão das políticas governamentais, que ainda estavam em processo de consolidação conforme princípios e diretrizes da LNSB (2007).

As práticas políticas de nepotismo e o favoritismo governamental na ocupação dos espaços de poder são elementos que ainda desafiam o progresso do setor e a universalização dos serviços públicos na região amapaense. A dependência regional e local dos recursos federais (técnicos e financeiros) para a manutenção dos serviços públicos através da CAESA, prejudicou o modelo de sustentabilidade econômico-financeiro, previsto desde o período do PNS/PLANASA (1967/1971), e teve seus efeitos sobre a estagnação do setor amapaense, agravando as condições de precariedade de manutenção da infraestrutura sanitária, de prestação dos serviços públicos e o descumprimento das metas e planos esperados. No âmbito social, a cultura de desperdício, altos índices de inadimplência e o clientelismo no uso dos serviços públicos, junto aos elementos associados às práticas políticas supracitadas e precariedade da infraestrutura sanitária e prestação dos serviços do setor podem, inclusive, ter contribuído para a implantação da reforma neoliberal aplicada no setor amapaense[[28]](#footnote-28) (2021).

Dessa forma, restando identificar se os futuros elementos históricos, resultarão em dados para além das decisões governamentais associados às reformas neoliberais, de mudança do modelo de gestão para o setor, através da concessão regionalizada, como também das expectativas disseminadas na sociedade amapaense de progresso das tecnologias de saneamento básico e efetiva universalização dos serviços públicos no Estado do Amapá.

**REFERÊNCIAS**

ABASTECIMENTO de água em Macapá. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 2, n°57, 20 abril 1946.

ABASTECIMENTO de água potável em Macapá. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 4, n°185, 25 setembro 1948.

ALMEIDA, Cândido Mendes. **Projeto Pinsônia, ou elevação do território septentrional da província do Grão Pará à categoria de Província com essa denominação. Projeto, defesa, esclarecimentos. Com uma vista da cidade de Macapá.** Rio de Janeiro. Nova typografia de João Paulo Hildelbrandt: a rua da alfandega, n°93, 1873.

ASENSIO, Antonio Miralles. **A duration model analysis of privatization of municipal water services.** Revista de Economia Aplicada, vol. XVII, num. 50, pp. 47-75. Universidad de Zaragoza, España, 2009.

A solução do problema da água em Macapá. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 2, n°85, 2 novembro 1946.

ANDRADE, Rômulo de Paula; HOCHMAN, Gilberto. O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942). **Revista História, Ciências, Saúde. Maguinhos, Rio de Janeiro**, v.14, suplemento, p.255-277, dez.2007.

BENTES, Jennefer L., SUPERTI, Eliane. **Amapá: oitenta anos de novas acionalidades e dinâmicas territoriais (1943-2023).** Org. Jadson Porto. Maringá, PR: Uniedusul, 2023.

BRASIL. **Decreto-lei n°4.275, de 17 de abril de 1942.** Presidência da República**.** Rio de Janeiro, 1942.

BRITTO, A. L., REZENDE, S. C. **A política pública para os serviços urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil: financeirização, mercantilização e perspectivas de resistência**. Cadernos Metrópole, 2017. https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3909

CAMPOS, André Luiz Vieira de. **Políticas Internacionais de Saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2006.

CHELALA, Cláudia (Org.). **Economia do Estado do Amapá: Desafios e Perspectivas.** 1. ed. São Paulo: Clube dos Autores, 2020. v. 400. 253p.

ÇELIKTÜRK, T. **The Analysis of Turkish Public Administration Reform Policies by Using Hofferbert’s Funnel of Causality.** Public Policy Analysis in Turkey: Past, Present and Future. Berlin, 2019. DOI 10.3726/b16299.

CHEGARÁ. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 2, n° 53, 23 março 1946.

COM a presença de altos dirigentes do SESP [...]. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 2, n° 82, 12 outubro 1946.

COSTA, Demétrio Celestino Pinheiro. [Depoimento]. Entrevistadora: Jennefer Lavor Bentes. **Macapá: Casa do entrevistado.** 1 gravação de áudio (1h42min). Depoimento concedido para elaboração de Tese de Doutorado da entrevistadora. 14 out. 2021.

COSTA, G. G., CINTRA, J.P. **Os engenheiros militares italianos na Amazônia do Século XVIII [...]**. 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Universidade Federal de Minas Gerais, 26 a 28 outubro 2016.

DIRIGENTES do SESP visitam Macapá. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 2, n° 54, 30 março 1946.

DIVISÃO de saúde. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 9, n°468, 13 setembro 1953.

DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo Póvoas Pereira**. O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000)**. Rio de Janeiro. Garamond. 2007.

DYE, Thomas. **Understanding Public Policy.**NJ: Englewood Cliffs, Prentice-Hall. 1975.

EASTON, David. **An approach to the analysis of political systems.** World Politics, Apr. 1957, Vol. 9, num. 3, pp. 383-400.

EFEMÉRIDES do Amapá. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 1, n° 13, 16 junho 1945.

ESTEVE de passagem por esta capital o superintendente do SESP. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 10, n° 590, 9 dezembro 1954.

FARIA, R. C. de, FARIA, S. A. de, & MOREIRA, T. B. S. (2022). **A privatização no setor de saneamento tem melhorado a performance dos serviços?** Planejamento E Políticas Públicas, num. 28, jun./dez. 2005.

FESTIVAMENTE comemorado o Dia do Trabalho. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 6, n° 269, 6 maio 1950.

FIGURÕES caloteiam o Governo**. Jornal Folha do Povo**, Ano 1, n°2, 04 julho 1959.

GONZÁLEZ-GÓMEZ, F.; PICAZO-TADEO, A.; GUARDIOLA, J. **Why do local governments privatize the provision of water services? Empirical evidence from Spain.** Public Administration Vol. 89, No. 2, 2011 (471–492).

GRINDLE, Merilee S.; THOMAS, John W. **Public choices and policy change: the political economy of reform in developing countries.** Baltimore, MD. The Johns Hopkins University Press. 1991.

HALL, D.; KATKO, T., MULAS, A. S., LOBINA, E., LA MOTTE, R. **Decision-making and participation: The Watertime results.** Utilities Policy, num. 15, 2007, p.151-159.

HELLER, L. **Neoliberalism and privatization.** In: Heller, L. The human rights to water and sanitation. Cambridge: Cambridge University Press. 2022.

HELLER, Léo; CASTRO, J. Esteban. **Política pública de saneamento: apontamentos teóricoconceituais. Revista de Engenharia Sanitária e Ambiental.** Vol.12 - Nº 3 - jul/set 2007, 284-295.

HOFFERBERT, R. I. (1974). **The study of public policy**. New York, NY: The Bobbs-Merrill.

INAUGURADA, sábado, a nova caixa d’água de abastecimento da cidade. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 6, n°293, 21 outubro 1950.

INAUGURADO o banheiro público do bairro Trem. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 6, n°294, 28 outubro 1950.

INAUGURADO o sistema de [...]. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 8, n°371, 26 abril 1952.

JUNIOR, A. D. C. G.; MONTEIRO, M. A. P. **Análise de contratos de concessão para a prestação de serviços de água e esgoto no Brasil.** Engenharia Sanitária e Ambiental, Rio de Janeiro, p. 353-361, out./dez. 2006.

JUSTA homenagem ao SESP na Câmara dos Deputados. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 4, n° 198, 25 dezembro 1948.

LÁZARO, João. **Uma “bica pública” da Macapá de outrora.** Disponível em: https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2013/07/uma-bica-publica-da-macapa-de-outrora.html. Acesso em 08 nov. 2021.

LUNA, Verônica Xavier. **Um cais que abriga histórias de vidas: sociabilidades conflituosas na gentrificação da cidade de Macapá: (1943-1970).** Brasília. Senado Federal. 2020.

MACAPÁ vai ter água encanada. É imprescindível maior número de operários [...]. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 1, n° 45, 26 janeiro 1945.

MACEDO, Luciana. **Janarismo em foco: representações fotográficas da urbanização de Macapá (1944-1956).** Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MAGALHÃES, Marcos Pereira. **Arqueologia na Fortaleza de São José de Macapá.** Revista de Ciências Humanas. Belém, v.1, n.3, p.33-59, set-dez. 2006.

MCCARTHY, James e PRUDHAM, Scott. **Neoliberal nature and the nature of neoliberalism.** Elsevier, Revista Geoforum., ed.35, 2004, p. 275–283.

MELHORANDO as condições de saúde no Território do Amapá. O governador Janary Nunes, estabeleceu importante convênio com o Serviços de Saúde Pública. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 1, n° 12, 9 junho 1945.

MELO, M. A. B. C. de. (1989). **O padrão brasileiro de intervenção pública no saneamento básico.** Revista De Administração Pública, 23(1), 84 a 102.

MELOSI, M.V., 2000. **The sanitary city, urban infrastructure in America from colonial times to the present.** Baltimore: Johns Hopkins University Press.

MONTORIL, Nilson. [Depoimento]. Entrevistadora: Jennefer Lavor Bentes. Macapá: **Casa de Nilson Montoril.** 1 gravação de áudio (2h07min). Depoimento concedido para elaboração de Tese de Doutorado da entrevistadora. 19 out. 2021.

NUNES, Janary Gentil. **Relatório das Atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944.** Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1946.

O ALARGAMENTO da rede de abastecimento d’água de Macapá. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 9, n°423, 22 março 1953.

O AMAPÁ está realizando a maior experiencia de saúde pública. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 4, n° 204, 5 fevereiro 1949.

OBRAS realizadas pelo Governo do Território. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 7, n°339, 13 setembro 1951.

ONU in Water for Life. (2014). **O Direito Humano à Água e Saneamento.** Water for Life Decade.

O SANEAMENTO da Amazônia na palavra do superintendente do SESP. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 4, n° 207, 26 fevereiro 1949.

PAIXÃO, E. F. N. e BENTES, J. L. **Direitos humanos e o saneamento básico como condição para a dignidade humana.** Revista acadêmica de direito da Unigranrio, v.13, n°1, p.61-83, 2023.

POLLINI, P.; CLAUZET, M. e BARBOSA, E. Um Balanço das regionalizações do saneamento básico após a revisão do Marco Regulatório (Lei nº 14.026/2020). In: **Boletim regional, urbano e ambiental**. Rio de Janeiro: Ipea, n. 29, jan./jun. 2023. DOI.

POPULAÇÃO do Território Federal do Amapá. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 6, n° 300, 09 dezembro 1950.

PORTO, Jadson Luís Rebelo**. Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000).** 216 f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, 2002.

RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. **A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966).**Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2017.

REZENDE, S.C., HELLER, L. **O saneamento no Brasil: políticas e interfaces.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 310 p. 2002.

ROCHA, Aristides Almeida**. Histórias do Saneamento.** São Paulo. Blucher, 2016.

SABATIER, P.A. **Toward better theories of the policy process.** Political Science & Politics, v. 24, p. 147-56. 1991.

SERVIÇO de águas. Apelo a população. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 2, n° 103, 8 março 1947.

SERVIÇO de esgotos. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 7, n° 316, 31 março 1951.

SERVIÇO de esgotos. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 7, n° 344, 20 outubro 1951.

SERVIÇOS de água de Macapá. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 2, n° 72, 3 agosto 1946.

SERVIÇOS Industriais. As profícuas atividades desse órgão do Governo do Território. **Jornal do Amapá**, Macapá, n° 287, 13 setembro 1950.

SERVIÇOS Industriais. Aviso. **Jornal do Amapá,** Macapá, Ano 6, n°302, 23 dezembro 1950.

SNIS. Sistema nacional de informações sobre saneamento. **Diagnóstico dos serviços de água e esgotos.** Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/painel. Acesso em 02 fev. 2023.

SILVA, Maura Leal. **O TERRITÓRIO IMAGINADO: Amapá, de Território à autonomia política (1943-1988).** Tese (Doutorado em História Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, Daniel Nogueira; MENDES, Emilio Campos; SOUSA, Rithielly Lira. **Saneamento básico e pobreza na Amazônia: um diagnóstico para a região** *de Carajás.* Novos Cadernos NAEA, v. 25, n. 4, p. 223-246, dez. 2022.

SOUSA, Amandia Braga Lima. **A Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP) no Amazonas: Um estudo sobre sua atuação junto aos indígenas.**Dissertação (Mestrado em Saúde, Sociedade e Endemias da Amazônia) – Universidade Federal de Amazonas. Manaus. 2011.

**TELEGRAMA de Janary Gentil Nunes a Getúlio Vargas.** Classificação: GV c 1953.10.31/3 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV). 31 out. 1953.

UM GRANDE problema resolvido. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 2, n° 57, 20 abril 1946.

VALLE, Ivan Manoel Rezende; ALVES, Natália Yolanda Moraes; DA COSTA, Jodival Maurício.**Projeto Vila Ribeirinha: Conjunto Habitacional para Área de Ressaca em Macapá (AP).**PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, v. 9, n. 1, p. 137-156, jan./jun. 2016.

VISITAM Macapá médicos e engenheiros do SESP. **Jornal do Amapá**, Macapá, Ano 4, n° 203, 29 janeiro 1949.

VY, Nguyen T. H. **Influences on the policy process in local government in Vietnam: the case of low-income housing policy in Da Nang city from 2005 to 2013.** Tese de doutorado. Victoria University of Wellington, Nova Zelândia, 2017.

1. Melosi (2000) utiliza o conceito de trajetória de dependência, próprio da teoria econômica, para explicar a perspectiva de vida útil das “tecnologias de saneamento”, as restrições das escolhas disponíveis para as próximas decisões dos tomadores de decisões e como essas tecnologias são peças chave no desenvolvimento urbano, na medida em que ajudam a explicar mudanças na forma e estrutura física da cidade, bem como seus impactos na saúde e qualidade da vida urbana. [↑](#footnote-ref-1)
2. Após publicação do novo marco legal de saneamento básico (Lei Federal n°14.026/20), o Estado do Amapá através da Concorrência Internacional n°01/2021-GEA, realizou leilão que resultou na contratação do tipo concessão regionalizada. Essa reforma transferiu a gestão dos serviços públicos (água e esgoto) das áreas urbanas para o poder privado e manteve com o poder público as áreas rurais, indígenas, ribeirinhas, quilombolas, assentamentos rurais e todas as demais áreas não lucrativas. [↑](#footnote-ref-2)
3. Em 1940 a Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (1936-1940) foi transformada em DNOS e passou a ser vinculada ao Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP). [↑](#footnote-ref-3)
4. Em 1942 o SESP foi originado de um convênio com o governo norte-americano para garantir a salubridade na exploração dos materiais econômicos, durante os preparativos e esforços de guerra, nas regiões dos vales do Rio Amazonas e Rio Doce. [↑](#footnote-ref-4)
5. A CAESA é uma empresa pública de economia mista e capital fechado, criada em 1969, através de decreto presidencial (Decreto nº 490 de 04/03/1969), e instituída em 1973 para a prestação de serviços públicos de saneamento básico no TFA. Sua origem foi estimulada pelas políticas federais influenciadas pelos acordos do Brasil com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como condição obrigatória para acesso aos créditos financeiros para investimentos públicos no setor (Junior e Monteiro, 2006, p.353; Rezende e Heller, 2008, p.238). [↑](#footnote-ref-5)
6. O Decreto Lei n°5.812, de 13/09/1943 criou os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú, a partir do desmembramento de parte dos Estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina. [↑](#footnote-ref-6)
7. Decreto Lei n°4.275, de 17 de abril de 1942; Decreto-lei nº 4.567, de 11 de agosto de 1942; e Decreto lei nº 7.064, de 22 de novembro de 1944. [↑](#footnote-ref-7)
8. Até a publicação do Decreto Federal n° 5.812/43, a região amapaense era composta por 3 (três) municípios pertencentes ao Estado do Pará: Macapá, Mazagão e Amapá, que foram desmembrados para a criação do TFA. [↑](#footnote-ref-8)
9. De acordo com o Projeto Pinsônia (Almeida, 1873), ainda no período de Brasil Império (1822-1889) a insatisfação amapaense com relação à situação de abandono das vilas amapaenses pelo governo da Província do Grão-Pará, levou o Senador Cândido Mendes de Almeida (1818-1881) a defender a autonomia político-administrativa da região por meio da proposta de criação da “Província de Oiapóquia”. Os argumentos do Senador destacavam a necessidade de melhorias das condições locais, por meio do progresso econômico que poderia ser viabilizado por relações comerciais diretas das vilas amapaenses com Portugal, sem o intermédio e controle centralizador de Belém que era a capital da Província do Grão-Pará. [↑](#footnote-ref-9)
10. Decreto Lei n°3.462, de 25/07/1941. [↑](#footnote-ref-10)
11. “Amapá, minha amada terra!”. Disponível em: <http://casteloroger.blogspot.com/2011/11/amapa-guarda-ruinas-da-base-militar.html>. Acesso em 11/11/2021. [↑](#footnote-ref-11)
12. Conforme Luna (2020, p.84) a presença de membros familiares nas instituições públicas ainda é algo representativo da estrutura de poder implantada no Brasil. [↑](#footnote-ref-12)
13. O mestre de obras Júlio Batista de Araújo era carioca e após 19 anos de experiência como ajudante de pedreiro nas construções de pontes de concreto armado na rodovia Rio/Petrópolis, ao trabalhar no Aeroporto de Val-de-Cans, em Belém, foi convidado por Janary Nunes para trabalhar no DVOP do TFA. Nessa função o Mestre Júlio construiu inúmeras obras em Macapá, dentre elas a primeira caixa d’água em concreto armado da cidade; a Praça Barão do Rio Branco, a Residência do Governador, o Hotel Macapá; a Rádio Difusora de Macapá; a Penitenciária do Beirol; o Mercado Central; a Maternidade Mãe Luzia; o Colégio Amapaense; a Piscina Territorial; a Escola Santina Riolli; o Trem Desportivo Clube; as 10 casas para os diretores das Divisões de Governo; o Hospital Geral; e a Escola Industrial. [↑](#footnote-ref-13)
14. O poço amazonas é um tipo de poço raso, construído manualmente, diâmetro maior que 0,5 m, revestido em alvenaria ou com a instalação de manilhas em concreto armado e volume de água no interior dependente do fluxo no aquífero superficial. [↑](#footnote-ref-14)
15. O Decreto Lei n°5.839 de 21/09/1943 estabeleceu o município de Amapá como capital do TFA. Posteriormente, o Decreto Lei n°6.550 de 31/05/1944, subsidiado pelo relatório de Janary Nunes (1946), mudou a capital do TFA para Macapá. Dentre as razões para a mudança, Janary alegou que Macapá estava em melhores condições sanitárias que o município de Amapá (Nunes, 1946, p.134). [↑](#footnote-ref-15)
16. Havia no município de Amapá um posto fixo de saúde que atendia a população com o fornecimento de medicação e realizava pesquisas em todo o território amapaense. O posto de Oiapoque surgiu em 1943 e funcionava vinculado ao de Amapá. [↑](#footnote-ref-16)
17. A Seção de Educação Sanitária do SESP produzia e distribuía a “Revista do SESP”, o “Boletim do SESP” e “Atualidades Médicas” para diversas organizações públicas e particulares. [↑](#footnote-ref-17)
18. Conforme Drummond e Pereira (2007, p.69), o Amapá desde a década de 1950 seguiu um padrão de crescimento do tipo “subfronteira de investimento concentrado”: (1) população e densidade populacional iniciais muito baixas; (2) taxas subitamente altas de crescimento ligadas a vultosos investimentos públicos e/ou privados – taxas estas que, depois de algum tempo, declinam gradualmente; (3) grandes influxos de migrantes de outros estados e até de outas regiões e; (4) crescimentos mais rápidos das populações urbanas, antes da ocupação plena das áreas rurais. [↑](#footnote-ref-18)
19. Lázaro, João. O lendário Poço do Mato. Disponível em https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2010/06/o-lendario-poco-do-mato.html. Acesso em 08 nov. 2021. [↑](#footnote-ref-19)
20. Após o Acordo de Washington (1942) o governo brasileiro criou o Departamento Nacional de Imigração, o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), para implantar atividades de recrutamento de trabalhadores para os seringais da Amazônia. Em 1943, nas propagandas do SEMTA eram amplamente divulgados os cartazes elaborados pelo artista suíço Jean Pierre Chabloz para atrair os “soldados da borracha” para a Amazônia. [↑](#footnote-ref-20)
21. Em 1940, o engenheiro americano W.A.Rein instalou no Brasil uma indústria pioneira de equipamentos destinados para o tratamento de água (Rocha, 2016, p.45). [↑](#footnote-ref-21)
22. O Sr. Carlos Money Canalejas, conhecido como Canalecho, era um espanhol que migrou para o Brasil no período da ditadura do General Franco. No Amapá foi o primeiro encarregado pelo sistema de abastecimento de água, tendo sido contratado como mensalista extranumerário, com exercício pelo Serviço de Administração Geral. Residia no local de trabalho e se dedicava integralmente às funções de manutenção do sistema (Montoril, 19 out. 2021). [↑](#footnote-ref-22)
23. Segundo o recenseamento de 1950 do IBGE, em 1940 a população na capital Macapá era de 9.973 habitantes distribuídos na área urbana (646), suburbana (390) e rural (8.937). Em 1950, o número de habitantes na capital era de 21.103 habitantes, sendo 4.382 na área urbana, 6.017 na suburbana e 10.704 na rural. [↑](#footnote-ref-23)
24. Na comitiva de 29 jan. 1949 estavam presentes: Dr. Marcolino G. Candau, superintendente do Programa da Amazônia; Dr. Robert Mein, Chefe da Seção de Assistência Técnica Médica; Dr. Vitor Sutter, Chefe da Divisão de Serviços Locais; Dr. Edward Sellner, Chefe da Engenharia; Dra. M. Morehead, Epidemiologista e Dr. E. Wagner, Chefe da Engenharia do SESP. Essa comitiva antes da visita ao TFA já tinha visitado o então Território do Guaporé e Acre, e os Estados do Amazonas e Pará. Pretendiam ainda prosseguir para outras cidades da região amazônica, incluindo Santarém, Monte Alegre, Alenquer e Itacoatiara. [↑](#footnote-ref-24)
25. No Séc. XIX, na Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha, a ligação à rede pública de esgotos disponível era compulsória (Rocha, 2016, p.20). [↑](#footnote-ref-25)
26. Conforme Bentes e Superti (2023, p.54), em 2021 o acúmulo de dívidas da CAESA foi estimado em R$ 894 milhões. [↑](#footnote-ref-26)
27. Conforme Acórdão 1228/2021, da sessão de 26/05/21 do Tribunal de Contas da União (TCU), 91,11% dos investimentos dos contratos de obras executados com recursos públicos federais eram provenientes do PAC. No Estado do Amapá 51% das obras estavam inacabadas ou paralisadas. O mau planejamento dos empreendimentos foi apontado como principal fator de paralisação, levando à deficiência técnica, deficiências no fluxo orçamentário/financeiro e abandono das obras pelas empresas contratadas. [↑](#footnote-ref-27)
28. Após a publicação do novo marco legal de saneamento básico (Lei Federal n°14.026/20), o Estado do Amapá através da Concorrência Internacional n°01/2021-GEA, realizou leilão que resultou na contratação do tipo concessão regionalizada. Esse tipo de reforma transferiu a gestão dos serviços públicos (água e esgoto) das áreas urbanas para o poder privado e manteve com o poder público as áreas rurais, indígenas, ribeirinhas, quilombolas, assentamento rural e todas as demais áreas não lucrativas. [↑](#footnote-ref-28)